MONUMENTOS

REVISTA SEMESTRAL DE EDIFÍCIOS E MONUMENTOS

MONUMENTOS

É uma revista técnico-científica destinada à divulgação do património arquitectónico, com informações sobre as actividades dos serviços, trabalhos de investigação e artigos sobre processos e técnicas de intervenção em imóveis de reconhecido interesse.
Para além do dossier e de artigos vários que constituem esta revista, o *Inventário do Património Arquitectónico, Intervenções no Património, Cursos, Conferências e Colóquios, Exposições* e *Publicações*, constituem secções permanentes.

1
Dossier
A Praça do Comércio

Esgotado

2
Dossier
O Mosteiro de São Vicente de Fora

Esgotado

3
Dossier
O Convento de São Gonçalo de Amarante

"O Convento de São Gonçalo de Amarante, Utilização e Reutilizações"; "La Fachada de la Iglesia de San Gonzalo de Amarante Y su influencia en la Arquitectura Galaico-Portuguesa"; "O Convento de São Gonçalo de Amarante. O Microcosmos da Arquitectura Maneirista no Noroeste de Portugal"; "Convento de São Gonçalo de Amarante. Intervenções"; "Alteração da Pedra da Igreja de São Gonçalo de Amarante. A Acção dos Pombos"; "Recuperação e Adaptação do Convento de São Gonçalo"; "Acerca da Inserção Urbana do Convento de São Gonçalo de Amarante". Textos, ainda sobre: "Contaminação liquénica no claustro do Mosteiro dos Jerónimos e correlação com factores de alteração meteórica das rochas"; "A Fortaleza-Palácio de São Lourenço no Funchal"; "Luís Benavente. Uma Obra Singular"; "Conservação e Restauro das Pinturas Murais no Convento de São Francisco em Beja"; "Prédio Ventura Terra, uma intervenção no Romantismo Urbano"; "O escadório da Igreja de São João de Alfange, em Santarém. Uma intervenção de emergência".

OFERTA

MONUMENTOS

MARÇO 1998

DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS
E MONUMENTOS NACIONAIS

Ministério do Eqipamento, do Planeamento e da Administração do Território

Ficha Técnica

MONUMENTOS
Nº 8 / Março 1998

Directora
Margarida Alçada

Directora Adjunta
Maria Inácia Teles Grilo

Conselho Editorial
Alexandre Alves Costa
Augusto José Marques da Costa
José Fernando Canas
José Manuel Fernandes
Vitor Serrão

Redacção
Cíntia de Sousa
Emília Marques Pires
Maria João Reis Martins
Paula Tereno

Secretária de Redacção
Filomena Rita

Textos
Afonso Mira
Alexandre Alves Costa
Ana Goulão Machado
Ana Paula Ferreira Pinto
António Madeira Portugal
António Pimentel
Carlos Ruão
Carmen Olazabal Almada
Domingos Tavares
Emília Marques Pires
Fernando Távora
Gonçalo Sousa Byrne
João Miguel Lameiras Crisóstomo
João Paulo Providência
José António Bandeirinha
José Delgado Rodrigues
José Eduardo Horta Correia
Júlio Teles Grilo
Luís Reis Torgal
Luís Tovar Figueira
Luísa Cortesão
Luísa Trindade
M. Manuela Malhoa Gomes
Maria de Lurdes Craveiro
Mural da História
Nuno Rosmaninho
Sandra Vaz Costa

Edição e Propriedade
Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
Praça do Comércio, Ala Oriental 2.° andar
1194 Lisboa Codex
Telefone 8817042 / 8817049 / 8880249
Fax 8870101
Endereço Internet http://www.monumentos.pt

Publicidade
Paula Tereno

Design
Atelier Henrique Cayatte
colaboração de Ana Miranda e Rodrigo Saias

Pré-impressão
Critério – Produção Gráfica, Lda.

Impressão
NorPrint, S.A.

Periodicidade Semestral
Preço por número: 2.000$00 (IVA incluído)
Tiragem: 3 000 exemplares
ISSN: 0872-8747
Depósito Legal n° 116 902/97

Os artigos são da inteira responsabilidade dos respectivos autores.
Os textos e as imagens desta publicação não podem ser reproduzidos sem autorização prévia da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Universidade de Coimbra

DOSSIER

10 **Coimbra: "Cidade-Universitária" ou "Cidade (e) Universidade"?**
Luís Reis Torgal

14 **Os Colégios Universitários na definição das tipologias dos claustros portugueses**
José Eduardo Horta Correia

20 **A Reforma Joanina e a Arquitectura dos Colégios**
Maria de Lurdes Craveiro

26 **Porta Férrea ou a *Joyeuse Entrée***
Carlos Ruão

34 ***Domus Sapientiae*. O Paço das Escolas**
António Pimentel

40 **O Tecto da Sala dos Capelos**
João Miguel Lameiras Crisóstomo

48 **Uma Empresa Esclarecida. A Biblioteca Joanina**
António Pimentel

52 **Reforma Pombalina**
Luísa Trindade

58 **O Outro Lado da Alta.**
Projectos de Reforma dos Hospitais da Universidade de Coimbra na Segunda Metade de XIX
João Paulo Providência

66 **Azulejaria dos Séculos XVII e XVIII**
Ana Goulão Machado

72 **A Cidade Universitária de Coimbra no Estado Novo.**
O Espaço Disponível
Nuno Rosmaninho

78 **A Escultura Monumental**
Sandra Vaz Costa

82 **Os Edifícios da Associação Académica e o Teatro Gil Vicente**
José António Bandeirinha

88 **Concurso para a requalificação dos espaços urbanos e dos edifícios. Plano Gonçalo Byrne**
Domingos Tavares

94 **Sala dos Capelos. Remodelação e ampliação do número de Doutorais.**
Fernando Távora, colaboração de José António Bandeirinha

96 **Do Espaço da Tese à Aula de Arquitectura**
Gonçalo Sousa Byrne

100 **A Cidade e a Acrópole**
Alexandre Alves Costa

104 **Intervenções da DGEMN**
Emília Marques Pires, António Madeira Portugal, Afonso Mira, Luísa Cortesão, Júlio Teles Grilo e M. Manuela Malhoa Gomes

112 **Bibliografia**

VÁRIA

114 **Conservação de Pedras Calcárias. Estudo de Tratamentos de Conservação**
Ana Paula Ferreira Pinto e José Delgado Rodrigues

122 **Um Balcão na Praça**
Júlio Teles Grilo

126 **Palácio Pombal.**
Rua do Século - Lisboa
Carmen Olazabal Almada e Luís Tovar Figueira

130 **Igreja de São Pedro – Rubiães.**
Restauro de Pintura Mural
Mural da História

132 **Inventário do Património Arquitectónico**

136 **Intervenções no Património**

142 **Cursos.Conferências.Colóquios**

143 **Exposições**

143 **Publicações**

147 **Outras Iniciativas**

148 **Abstracts**

RJ-54-52

1 Portal do Colégio de S. Tomás (pormenor)

Na página anterior
Portal do Colégio de S. Tomás (1547)

A Reforma Joanina e a Arquitectura dos Colégios

Maria de Lurdes Craveiro

Em 1527 teve início a reforma espiritual e material do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Numa acção concertada entre o rei e o frade jerónimo frei Brás de Braga, o mosteiro crúzio despoletava então aquilo que viria a ser, no século XVI, a mais formidável engrenagem de poder ligado às estruturas de conhecimento.

Com uma tradição marcadamente cultural, os cónegos de Santa Cruz esforçavam-se numa política de ensino reforçada pela criação dos Colégios de S. Miguel e de Todos-os-Santos que, por 1535, vinham substituir o acanhamento das instalações dos Colégios de Santo Agostinho e de S. João Baptista. Na realidade, seriam eles os alicerces sobre os quais assentariam as bases do ensino universitário já que, a partir de 1548, aqui se instalaram as dependências do Colégio das Artes, instrumento fundamental na definição das estruturas académicas. Mas, se se conhece a globalidade do espaço ocupado pelos dois colégios crúzios bem como a responsabilidade da sua execução, já é mais difícil a reconstituição desse mesmo espaço. Com rigor, quando aí se instala o Colégio das Artes, ainda decorriam as obras no Colégio de S. Miguel. A adaptação ao Colégio das Artes provocou o redimensionamento dos espaços de tal forma que estes pudessem suportar, passado menos de um mês da abertura das aulas (22 de Fevereiro de 1548), mais de 800 estudantes e logo no final do mesmo ano, perto de 1200[1].

Organizado em torno de um pátio com colunata jónica, pelo menos nos três lados norte, nascente e poente, com as respectivas volutas orientadas de maneira rebelde aos tratados, e provido de uma capela e das necessárias dependências ao sistema de internato, o colégio sofreria depois as transformações provocadas pela presença dos jesuítas e do Tribunal da Inquisição que viriam a tornar irreconhecível a primitiva instituição de ensino. Permanece até hoje a dúvida relativamente ao plano seguido e qual a estratégia utilizada na localização dos vários espaços, nomeadamente, da igreja ou capela referida pela documentação. Em Março de 1548, André de Gouveia defendia os princípios de um modelo *serliano* com séries de colunatas sobrepostas, combatendo a exiguidade espacial e promovendo uma estrutura académica de suporte humanista. Com a morte do Principal do colégio, logo em Junho, este projecto de João de Ruão poderia, eventualmente, ter ficado comprometido. O deslindar desta questão expressaria um melhor entendimento da política cultural e ideológica sustentada por André de Gouveia, uma definição mais precisa da sua capacidade de pressão face à Corte e aos meios mais conservadores ligados a uma tradição arquitectónica de tipo conventual, o reconhecimento de uma abertura do poder régio perante novas soluções de convivência dos espaços sagrados e profanos, bem como o apuramento da responsabilidade efectiva de João de Ruão na execução do projecto seguido. Na falta de dados seguros e comprovativos, fica a suspeita de que o esforço encetado pelo rei nas negociações levadas a cabo para trazer a Portugal um conjunto de professores acusados de heresia mas portadores de novos programas pedagógicos, não terá sido abalado pela recusa da constituição, no essencial, do espaço físico adequado à vontade expressa por André de Gouveia.

A necessidade de disciplinar o corpo académico num meio citadino mais facilmente controlável e redimensionar o ensino numa linha mais concordante com a vertente humanista de além-fronteiras, provocou a transferência definitiva da Universidade para Coimbra em 1537. Neste contexto se insere também a preocupação do preenchimento dos quadros docentes por figuras de relevo com provas dadas em instituições estrangeiras, como foi precisamente o caso de André de Gouveia, João da Costa, Diogo de Teive ou George Buchanan no Colégio das Artes[2].

As diversas ordens religiosas não se poupariam a esforços para acompanhar o processo de instalação das estruturas académicas, salvaguardando estratégias futuras de acesso aos cargos administrativos nos quadros institucionais do Império. Franciscanos, bernardos da Ordem de Cister, dominicanos, carmelitas, gracianos, beneditinos, jerónimos, jesuítas, a Ordem de Cristo ou a Ordem da Santíssima Trindade encetaram, ainda em tempos joaninos, as diligências necessárias à sua implantação em condições variáveis de disputado favor. Concedidas as respectivas autorizações eclesiásticas, coube ao rei a superintendência do processo e, em grande parte, ao Mosteiro de Santa Cruz a entrega dos terrenos para a construção dos edifícios, bem como a ajuda financeira em momentos de dificuldades e a cedência do seu arquitecto para o estabelecimento de um conjunto monumental ordenado e coerente. Sobretudo ao longo da nova Rua da Sofia, um empreendimento do mosteiro de cerca de 1535 e, inicialmente programado para a constituição de um complexo urbanístico definido por uma arquitectura civil de grande regularidade[3], os colégios, sucessivamente incorporados na Universidade[4], vão conquistando os terrenos e bordejando aquela que viria a ser a mais paradigmática avenida do saber. Na realidade, na primeira fase da sua implantação na cidade, os colégios dependiam, em grande parte, das liberalidades régias que os confinavam a um espaço mais ou menos alargado, situando-os em local de maior ou menor privilégio e em ambiente de apertada concorrência entre si. Apenas na segunda metade do século, a Companhia de Jesus se irá progressivamente impor, começando por usurpar o território dos crúzios no Colégio das Artes e passando depois para a zona alta da cidade, disputando terrenos aos frades jerónimos com quem mantiveram demandas intermináveis. Em situação de favor, no reinado de D. João III, na regência de D. Catarina ou nos períodos seguintes, os jesuítas foram adquirindo o espaço que, na mesma proporção, o Colégio de S. Jerónimo foi vendo reduzido. Na Alta da cidade e mais perto do núcleo universitário, implantar-se-iam também o Colégio de S. Bento e os seculares de S. Paulo e S. Pedro para doutores e licenciados, estes dois com estatutos diferentes dos outros[5].

Instituições monásticas em primeiro lugar, os colégios definem-se pela presença dos espaços religiosos como a igreja e o claustro e pelas dependências necessárias à vivência da comunidade que podiam também contemplar, em alguns casos, salas destinadas ao ensino. Os responsáveis pela construção dos edifícios iriam ter de conjugar o espírito de recolhimento monástico com o bulício estudantil e afirmar a sua respectiva adequação. Nem todos atingiram o mesmo brilho no cerimonial académico ou a mesma capacidade de ingerência nas determinações universitárias. Figuras de prestígio como frei Luís de Montoya, Diogo de Murça ou frei Martinho de Ledesma, contribuiram, em grande medida, para a projecção dos seus colégios, da Graça, de S. Jerónimo ou do dominicano de S. Tomás.

Genericamente construídos a partir da década de quarenta, foram sendo, sobretudo depois da extinção das ordens religiosas, alvo de profundas remodelações e mutilações, de tal forma que, de alguns deles, apenas resta a memória. Outros conservam ainda parte das instalações originais mas as sucessivas ocupações que foram tendo dificultam a reconstituição dos espaços. O único que preserva grande parte da sua primitiva identidade é o Colégio da Graça, na Rua da Sofia.

É relativamente bem conhecido o percurso do arquitecto responsável pela organização dos espaços colegiais, pela imposição de modelos tipológicos ao nível da igreja e do claustro e pela definição de formas e estruturas decorativas envolventes[6]. Diogo de Castilho, meio-irmão do mais importante arquitecto régio da primeira metade do século XVI e oriundo da zona da Biscaia, terá chegado a Portugal por influência, ainda não completamente determinada, de João de Castilho. Documentado pela primeira vez em 1517, nas obras do Mosteiro dos Jerónimos como oficial da empreitada *da crasta primeyra e capytollo e sãcrystia e portall da travessa*[7], torna-se evidente a sua aprendizagem junto de João de Castilho que o envia para Coimbra para a execução dos túmulos dos dois primeiros reis na igreja do Mosteiro de Santa Cruz. Inserido no contexto da mais poderosa encomenda da cidade, pelo menos a partir de 1519, Diogo de Castilho encontra no espaço crúzio as bases em que assentaria toda a projeccção que aqui viria a ter. O vazio deixado, entretanto, pela morte do arquitecto régio Marcos Pires leva-o, em 1524[8], à nomeação de mestre das obras dos Paços Reais, continuando com a responsabilidade dos trabalhos em Santa Cruz. A partir de 1527, com a reforma espiritual do mosteiro, transforma-se no braço direito de frei Brás de Braga remodelando e alargando os espaços físicos, de acordo com um sistema de inteligibilidade racionalizada e baseada nas teorias artísticas do Renascimento. Por outro lado, o casamento com Isabel de Ilharco e a sua fixação temporária de residência na cidade do Porto, abre-lhe também as portas da encomenda nortenha e alarga a sua área de influência. Mas é em Coimbra que desenvolve todo um percurso que se inicia no Mosteiro de Santa Cruz, na execução de um sentido estético ainda portador do universo inquietante da plástica e da simbólica manuelinas, como os túmulos dos reis ou o portal da igreja, possivelmente projectos da autoria de João de Castilho. A intensa campanha de obras promovida pelo mosteiro absorve um conjunto de artistas locais e oriundos dos grandes estaleiros nacionais que aqui se aproveitam da apetência de modernidade que passa pelo espaço crúzio. A presença do escultor Nicolau de Chanterenne, de João de Ruão, chegado um pouco mais tarde, e de outros artistas franceses, flamengos ou alemães, tocados pela sensibilidade

das directivas do Renascimento, constitui apenas um dos factores de relevo que esclarecem o campo operativo onde se desenvolve uma nova mentalidade consonante com as exigências culturais reivindicadas pelos crúzios.

Na reforma encetada por frei Brás, o protagonismo assumido pelo triângulo definido pelo frade jerónimo, pelo arquitecto Diogo de Castilho e pelo escultor e arquitecto João de Ruão, vai fazer do Mosteiro de Santa Cruz o espaço privilegiado onde se implementam as estruturas formais e decorativas da arquitectura renascentista que passará depois para o âmbito citadino, permitindo, ao mesmo tempo, a afirmação do estatuto de arquitecto mais credenciado na cidade para Diogo de Castilho[9]. Em conformidade com uma posição social de relevo, reúne à sua volta um património considerável que abarca a exploração das quintas mais rentáveis do aro citadino e desempenha cargos de prestígio como o exercício de vereador da Câmara local ou como provedor da Misericórdia[10]. Em 1538 é elevado à categoria de cavaleiro da Casa Real[11] e o seu papel de interlocutor entre os interesses de Santa Cruz e o rei, discutindo com este o andamento das obras no mosteiro ou a projecção dos espaços colegiais com ligação à Universidade, faz dele o artista de eleição indiscutivelmente associado ao poder.

A necessidade de consumação da grande aposta régia nas estruturas do saber, depois de controlados os cónegos do mosteiro crúzio, promove, pelos meados do século, a transferência da condução das directivas arquitectónicas na cidade para a Universidade, em detrimento do Mosteiro de Santa Cruz. Este perdia então as avultadas rendas do seu priorado, divididas entre as novas dioceses de Leiria e Portalegre e a Universidade que ganha, assim, a necessária capacidade financeira para a execução de um programa reformista ambicioso que aceita a participação do elemento religioso para, simultaneamente, o poder disciplinar no processo de implantação dos valores do Estado Moderno e na formação dos quadros do Império. Sintomaticamente, a 18 de Março de 1547, Diogo de Castilho é nomeado *mestre das obras de pedreria e aluenaria da dita Vniversidade, como o atee qui foi das obras do mosteiro de Santa Cruz*[12]. À sua maneira, seria também o príncipe incontestado do reino da arquitectura na cidade. Por ele passariam todas as decisões no capítulo do delineamento dos espaços colegiais que davam força à Universidade e configuraram a malha urbana durante o século XVI. À data da sua morte, em 1574, tinha definido com clareza as volumetrias respeitantes aos espaços fundamentais da igreja e do claustro para os colégios e estabelecido as regras básicas no entendimento dos princípios clássicos do Renascimento. Tal como aconteceu com João de Ruão para a escultura, também Diogo de Castilho deixou na cidade seguidores que pautaram a sua actividade pelos códigos do mestre biscainho[13].

A articulação entre a igreja e o claustro, tal como a adequação entre todas as dependências colegiais, fixa um grau de correspondência unitária na arquitectura e estabelece o discurso interventivo das formas e dos espaços. A delapidação deste património joanino permite basicamente analisar os vectores da igreja, do claustro e o carácter "triunfal" dos portais.

2 — Cobertura abobadada da igreja do Colégio da Graça

3 — Fachada da igreja do Colégio da Graça (1555)

O claustro[14], elemento ordenador do complexo conventual e colegial, e com uma identidade que já mereceu a designação de "claustro *castilhiano*", sofre um desenvolvimento cujas origens se devem procurar nas experiências levadas a cabo nos contemporâneos espaços do pátio do Colégio das Artes (1548), no claustro do Colégio da Graça e na primitiva construção do Colégio do Carmo. Com efeito, a posição anómala das volutas do "lanço novo" dos Colégio das Artes ou as quatro volutas de canto que prefiguram nos capitéis do claustro da Graça e da galeria defronte do noviciado do Carmo, constituem uma etapa do percurso que iria alcançar a sua plena maturidade na construção da ordem jónica assumida de forma erudita nos claustros de S. Tomás ou de S. Jerónimo. Por outro lado, a opção sistemática pelas abóbadas de berço nas galerias do primeiro piso desenvolve a anterior variante da abóbada de nervuras do claustro da Hospedaria de Tomar, certamente a referência mais directa para Diogo de Castilho, desta tipologia de arcadas geminadas e sustentadas por grossos contrafortes. O segundo piso, pelo menos nos

claustros da Graça e de S. Tomás, constitui-se através de uma composição de varandas arquitravadas que, tudo leva a crer, teriam correspondência nos outros espaços claustrais.

A igreja da Graça, datada de 1555, a única que subsiste da reforma joanina, constitui o primeiro exemplo quinhentista com cobertura em abóbada de berço em caixotões, que haveria de ser intensamente repetido na arquitectura religiosa do designado período maneirista[15]. Mas a sua originalidade estende-se à imposição de um protótipo espacial na definição de nave única e capelas colaterais intercomunicantes e elevadas relativamente à nave. A solução não é nova; já a igreja românica de Santa Cruz de Coimbra tinha optado por semelhante estratégia direccionada que não teve continuidade em tempos medievais. A espacialidade expressa na igreja da Graça denuncia, não apenas a recuperação adaptada de um modelo preexistente, mas também a abertura a uma nova escala arquitectónica onde, definitivamente, se instalam as concepções renascentistas do espaço e das formas. Com efeito, a organização espacial contempla, a partir de então, a dimensão programada da escala modular que se conjuga com as lições extraídas do contexto tratadístico do Renascimento. A erudição "académica" joga triunfalmente na concatenação dos elementos que promovem as regras de um usufruto destinado a uma comunidade de elite que, por sua vez, sabe interpretar os códigos do discurso arquitectónico. Na realidade, a influência da igreja de Santa Cruz vai mais longe do que a simples preferência pela nave única conjugada e apoiada pelas capelas laterais. A força contida no desenvolvimento do coro alto repercute-se na Graça e iria verificar-se também nas construções posteriores das igrejas do Carmo e de S. Pedro, aclarando a importância que exerce na cidade o primeiro espaço que, assumidamente, incorpora as concepções renascentistas de um género formal e decorativo que tardaria ainda algumas décadas em conquistar o país. Pela primeira vez, a grande abóbada de berço que cobre a nave da Igreja da Graça estende-se em continuidade à capela-mor formando uma unidade apenas interrompida pelo arco triunfal, ornado com duas elegantíssimas colunas balaústre. A simulação do transepto opera-se com a imposição de abóbadas de berço com finos arcos torais que cobrem as duas capelas mais próximas da capela-mor, enquanto as outras são dotadas de abóbadas de nervuras cruzadas.

É nítida a correspondência entre o sistema de abobadamento das duas capelas da igreja e o do claustro, da sacristia, da sala do cabido e do refeitório dos noviços, exprimindo um universo de racionalidade programada. Porventura terá sido este o modelo de cobertura adoptado na generalidade do colégio para além das coberturas de madeira.

Espaços também preservados no Colégio da Graça são a sacristia[16], a sala do cabido e o refeitório dos noviços[17], rectângulos com a definição de caixa coberta pelas abóbadas robustecidas por três arcos torais mais finos e dois maiores. O dormitório, acabado em 1548, adivinha-se ao longo da Rua da Sofia, até à Igreja de S. Pedro, pela presença dos cunhais e pelo alinhamento dos dois tipos de janelas, maiores e mais pequenas, denunciando os espaços de leitura e descanso nas celas. A livraria, uma das primeiras construções realizadas, ocupava o primeiro piso da ala poente do claustro, tendo por baixo salas de aulas complementares à Universidade. Da hospedaria, em alinhamento com a ala nascente do claustro, não restam vestígios tal como acontece com o espaço da enfermaria.

Não é o sentido decorativo que adquire relevância na leitura espacial da Graça. Não obstante o peso da influência ruanesca, é antes a contenção ornamental, a todos os títulos nova na cidade, que realça a natureza tectónica da arquitectura, definida pelo valor dos elementos ordenados em obediência às regras da tratadística. Liderando este processo, Diogo de Castilho instala o debate sobre a correlação de forças entre as componentes arquitectónicas, prescindindo do acessório e salientando a eficácia de uma retórica intencional[18]. A ausência decorativa adquire, assim, uma expressão simbólica realçada pela geografia calculada do ornamento, convertido em palavra apologética do discurso arquitectónico.

A natureza "triunfal" das entradas colegiais desempenha papel importante na divulgação dos valores ecuménicos da política cristã. Deste período, subsistem os portais da igreja e da portaria da Graça e o portal do Colégio de S. Tomás. Os primeiros sofreram transformações nos séculos seguintes, adulterando o seu espírito inicial, mas ainda é possível detectar o cunho de sobriedade contido nestas composições de molduras sucessivas e entablamento com inscrição dedicada à Virgem, no portal da igreja. Aqui, as duas colunas dóricas que enquadram o portal terão também substituído outras anteriores, mas o nicho com figuras de anjos ladeando a Virgem com o Menino e a inscrição laudatória à magnanimidade do rei mantêm a força expressiva da imagem de poder representada.

O portal do colégio de S. Tomás[19], hoje numa das paredes do Museu Machado de Castro, reivindica verdadeiro estatuto de autenticidade na definição do formulário renascentista. De uma riqueza iconográfica exemplar, nele se perfila a imposição de um culto nacional e local pela colocação cimeira das figuras de S. Gonçalo de Amarante e S. Paio (o primeiro prior no Mosteiro de S. Domingos em Coimbra) ladeando o maior teólogo da ordem dominicana; a divulgação dos preceitos cristãos que fazem da pregação uma medida pedagógica e científica extraída pela presença dos apóstolos S. Tiago e S. Bartolomeu nas cantoneiras do portal; a exibição do ecumenismo da Igreja através do confronto entre a figura feminina (possivelmente a representação simbólica da Igreja), ladeada pelos símbolos do amor e um jovem negro; a aliança expressa entre o protagonismo régio, evidenciado pela presença estratégica dos seus emblemas entre figurações de grotescos e as ambições religiosas no processo dirigido pelo conhecimento.

A arquitectura dos colégios universitários em Coimbra seguiu basicamente duas vertentes decorativas que traduzem diferentes leituras do espaço. A primeira, consolidada pelas propostas *castilhianas* de contenção e decoro, é a responsável pela consciência das ordens arquitectónicas e pela opção do jónico que do-

mina a cidade; afinal, a tradução dos ensinamentos *serlianos*, que, já desde 1537, faziam coincidir o jónico com os recintos do saber e com os homens *letrados o otros hombres de vida quieta y sossegada*[20]. A sobriedade calculada lançaria também as bases de uma arquitectura contra-reformista que teria decisiva expressão nacional e em Coimbra se reflecte nos espaços colegiais do Carmo, de S. Pedro ou no complexo edificado da Companhia de Jesus.

Uma segunda vertente abre o caminho à intensidade decorativa no espaço arquitectónico, definida pela influência da escola de João de Ruão e pela abertura à expressividade ornamental de origem nórdica e divulgada sobretudo através da gravura. Exemplos no contexto colegial em Coimbra encontram-se na igreja do Mosteiro de S. Domingos ou nas desaparecidas igrejas de S. Bento e da Trindade.

A aplicação dos modelos do Renascimento na arquitectura, como declaração de modernidade, servia, afinal, os propósitos ideológicos do aparelho de Estado que se revia na imposição de uma disciplina programada e na condução de um processo de domínio político, cultural e institucional.

Ao tempo da reforma joanina, a programação dos espaços colegiais e a organização de um sistema comunitário adequado às exigências académicas presidiram às preocupações básicas da generalidade das ordens religiosas em Coimbra. Assim, as bibliotecas dos diversos colégios contemplam uma literatura abundante em relação às teorias mais actualizadas do Renascimento que convergem na definição de uma arquitectura racionalizada e interventiva no espaço urbanístico onde se inserem[21]. O exemplo da livraria do Colégio de S. Tomás, onde não faltam os autores clássicos e os maiores expoentes do Humanismo de além-fronteiras como Petrarca, Erasmo de Roterdão, Pico della Mirandola, Marsílio Ficino, Lourenço Valla e Nicolau Clenardo, ou os portugueses Garcia de Resende, Pedro Nunes e André de Resende[22], é elucidativo do grau de exigência literária que pauta a cultura e a prática académica do colégio. Por outro lado, a correspondente arquitectónica está assegurada pela presença de Vitrúvio, Alberti ou Villalpando, este na tradução imprescindível de Sebastião Serlio. A conjugação destes elementos com a apetência de modernidade dos responsáveis pelas construções a efectuar, com o apoio régio marcante na definição de uma política de mecenato impositiva de regras tendentes à aplicação de uma Razão de Estado soberana no processo da consolidação dos valores da política cristã e do Estado Moderno e com a necessária adequação dos artistas intervenientes a um sistema construtivo de discurso codificado e, simultaneamente, inteligível às franjas sociais envolvidas, promove a difusão de um universo arquitectónico de grande consistência ideológica à sombra tutelar da Universidade.

Maria de Lurdes Craveiro
Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Fotografias: Abertura DGEMN. José Pedro Aboim Borges
1 - 3 da autora

NOTAS

1 BRANDÃO, Mário - *O processo na Inquisição de Mestre João da Costa*. Coimbra: [s. n.], 1944. Pp. 275-277; TEIXEIRA, António José - *Documentos para a História dos Jesuítas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1899. Pp. 44-45.

2 Em Bordéus, donde todos são oriundos, ainda se mantém no Bairro de Santo Elói, em situação de localização estratégica, o quarteirão (completamente desfigurado por bárbara inserção de moderno parque de estacionamento automóvel) onde teria funcionado o Colégio da Guiena, encaixado entre as ruas de Guienne e Gouvéa que perpetuam a memória do espaço lectivo e do Principal português.

3 Em casas de dois pisos dispondo de um pequeno pátio interno, instalaram-se figuras gradas da cidade como António Tenreiro, cidadão e cavaleiro da Ordem de Cristo, Manuel Tomás, cavaleiro da Casa do Cardeal Infante e escrivão da despesa e receita dos pagamentos dos catedráticos da Universidade, Diogo de Beja, cavaleiro fidalgo da Casa do rei, mestre Fernando, cirurgião de Santa Cruz, Simão Diz e Francisco Pedrosa, físicos do mosteiro, mestre Vicente Fabrício, catedrático nos colégios crúzios e Heitor Fernandes, tabelião das Notas na cidade; mercadores como Aires Fernandes ou Tomás Lourenço. Os artistas também não estão arredados deste espaço de nobilitação: Diogo de Castilho, Pêro Luís ou Francisco Lorete são outros tantos locatários na Rua da Sofia: A.U.C., *Livros de Notas de Santa Cruz*, T. 8, Liv. 16, fls. 28v-30, 32-33v, 49-50v, 52v-57, 59-62v, 90v-92, 155-156v, 174v-176; T. 9, Liv. 20, fls. 183v-186v; GARCIA, Prudêncio Quintino; 1923. Pp. 28-31.

4 Na Rua da Sofia, e para além do Colégio das Artes que goza de um estatuto especial, os colégios da Graça, S. Tomás, S. Bernardo, S. Boaventura, do Carmo e de S. Pedro são incorporados em 1549, 1557, 1560, 1566, 1571 e antes de 1586, respectivamente.

5 Sobre a implantação dos diversos colégios e as respectivas fases construtivas veja-se, CORREIA, Vergílio; GONÇALVES, António Nogueira; 1947. Pp. 111-154.

6 GONÇALVES, António Nogueira - *Estudos de História da Arte do Renascença*. Coimbra: Epartur, 1979. Pp. 67-113; CRAVEIRO, Maria de Lurdes; 1990.

7 VITERBO, F. M. de Sousa; 1899. P. 185.

8 VITERBO, F. M. de Sousa; 1899. P. 172.

9 A generalidade da documentação que lhe diz respeito não se lhe refere como arquitecto, utilizando a designação usual de mestre de obras. No entanto, os documentos referentes às obras do colégio da Companhia de Jesus em Coimbra são explícitos nessa atribuição do estatuto privilegiado de arquitecto, demarcador de um reconhecimento individual e de um grupo sócio-profissional por cuja autenticação se batiam os artistas do tempo: MARTINS, Fausto Sanches - *A arquitectura dos primeiros colégios jesuítas de Portugal: 1542-1759. Cronologia. Artistas. Espaços*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade, 1994. Vol. I, pp. 67, 797-799. Tese de Doutoramento policopiada.

10 CRAVEIRO, Maria de Lurdes; 1990. Pp. 9-10; VITERBO, F. M. de Sousa; 1899. Vol. I, pp. 181-182.

11 A.U.C., *Livros de Notos de Santa Cruz*, T. 8, Liv. 16, fls. 151v-153.

12 VITERBO, F. M. de Sousa; 1899. Vol. I, p. 179.

13 Está, por exemplo, ainda por estudar a figura e o trabalho do arquitecto Jerónimo Francisco que haveria de ter um papel fundamental no desenvolvimento das lições de Diogo de Castilho.

14 Acerca da definição tipológica dos claustros dos colégios universitários, ver artigo específico incluso neste volume e, CORREIA, José Eduardo Horta - "A importância dos colégios universitários na definição dos claustros portugueses" *In Universidade(s). História. Memória. Perspectivas*. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso *História da Universidade*, 1991. Vol. 2, pp. 269-290.

15 Nos vizinhos colégios do Carmo e de S. Pedro mantém-se a segunda construção da igreja, começada já nos finais do século, que segue a mesma tipologia iniciada na Graça.

16 A "janela termal" que aqui ainda se mantém, é obra de Manuel Gonçalves de Ançã, *asistente nesta cidade mestre das obras do caminho de Sam Jorge*, por contrato estabelecido em 7 de Maio de 1698: SERRA, Ana Afonso Salgueira de Mendes; 1996. Vol. I, pp. 101-103. Trabalho de Seminário apresentado no âmbito da Licenciatura em História (Variante em História da Arte).

17 O refeitório principal, ao longo da ala norte do claustro, encontra-se desvirtuado por uma cobertura de madeira relativamente moderna.

18 É paradigmático o exemplo do contrato estabelecido com Jerónimo Afonso, João Luís e Pêro Luís para a execução do púlpito do refeitório, *conforme al pulpito do Refitº de sõta cruz sin las galãterias dollo solamente de la misma medida de alto y largo cõ vnos molduras chaas dereytas cõ sua peana que tenga las molduras que pareçere a los mismos officiales y mas foron vn arquiño sobre el pulpito y otro arquiño pª la entrada y mas farã siete degrados y toda esta obra yra muy bien feyta y labrada a contento de diº del castillo...*: A.D.B., Ms. 1019, fl. 34v.

19 Seguramente da traça de Diogo de Castilho e executado em 1547 por Pêro Luís, João Luís e António Fernandes: GARCIA, Prudêncio Quintino;1923. Pp. 82-83.

20 SERLIO, Sebastian - *Tercero y Quarto Libro de Architectura*. Toledo: [s. n.], 1552; (Ed. fac-similada); Valencia: Albatros Ed., 1977, p. XXXVIIIv.

21 DIAS, Pedro; 1987. Nº 13.

22 RODRIGUES, Manuel Augusto - *Inventário da Livraria do extinto Colégio de S. Tomás de Coimbra*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1987.